ROMANCE HISTÓRICO E IMPERIALISMO: ANÁLISE DA PERSONAGEM PADRE RUDOLFO FERNANDES EM “SOMBRA DA ÁGUA” DE MIA COUTO

Waldejares Silva de Oliveira¹
Sueli da Silva Saraiva²

RESUMO

A trilogia “As Areias do Imperador”, do escritor moçambicano Mia Couto trata da conquista do Reino de Gaza pelo Império português no final do Século XIX. Tal conquista pode ser apontada como um marco na presença lusitana em Moçambique, posto que as determinações da Conferência de Berlim (1884-1885), estabeleciam que, para uma potência colonial ser reconhecida como tal, seria imprescindível o seu domínio de uma área devidamente “pacificada”, ou seja, que os nativos fossem devidamente subjugados. Sem perder o contato com os registros históricos, Couto tece uma teia de personagens que metonimicamente retratam ambas as sociedades envolvidas no conflito. Dentre estes, o Padre Rudolfo Fernandes, que ganha destaque porque abandona o culto tradicional católico e, ao lado de uma curandeira africana, assimila práticas e rituais dos povos nativos associando-os aos ritos da cristandade. Compreender a importância da cristandade na dominação de povos africanos no contexto da expansão imperialista, com a presença de missionários como Rudolfo, que catequizam e dão valores europeus aos jovens como Imani, e perceber como Mia Couto faz uso deste personagem para retratar as relações culturais simbióticas entre dominantes e dominados, dará a dimensão da importância do balizamento teórico do romance histórico na percepção sociocultural da formação da história moçambicana.

Palavras-Chave: Imperialismo. Mia Couto. Moçambique. Romance Histórico.

ABSTRACT

The trilogy “Areias do Imperador”, by the Mozambican writer Mia Couto, deals with the conquest of the Kingdom of Gaza by the Portuguese Empire at the end of the 19th century. This achievement can be pointed out as a milestone in the Portuguese presence in Mozambique, since the determinations of the Berlin Conference (1884-1885), established that, for a colonial power to be recognized as such, it would be essential to dominate a duly “pacified” area, that is, for the natives to be subjugated. Without losing contact with historical records, Couto weaves a web of characters that metonymically portray both societies involved in the conflict. Among these, Father Rudolfo Fernandes, who stands out because he abandons the traditional Catholic cult and, alongside an African healer, assimilates practices and rituals of native peoples, associating them with the rites of Christianity. Understand the importance of Christianity in the domination of African peoples in the context of imperialist expansion, with the presence of missionaries like Rudolfo, who catechize and give European values to young people like Imani, and understand how Mia Couto uses this character to portray symbiotic cultural relations between the dominant and the dominated, it will give the dimension of the importance of the theoretical framework of the historical novel in the sociocultural perception of the formation of Mozambican history.

Keywords: Historical Novel. Imperialism. Mia Couto. Mozambique

¹ Especializando em Especialização Interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil,

² Professora adjunta do Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Doutora e Mestre em Letras (Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Pesquisadora na área de literaturas africanas de língua portuguesa.

INTRODUÇÃO

O imperialismo pode ser entendido como fruto de uma evolução tecnológica ocorrida ao longo da segunda metade do século XIX e conhecido como “Segunda Revolução Industrial”, o qual trouxe consigo um considerável aumento na produção de artigos manufaturados em virtude do uso de tecnologias tais como o método Bessemer para a produção de aço, a introdução de motores de combustão interna e energia elétrica nas fábricas, o que gerou uma demanda por fornecedores de matérias-primas em maiores quantidades, bem como consumidores de produtos manufaturados.

Diante de tal nova realidade, as potências desta nova fase do capitalismo, notadamente Inglaterra e França, se lançaram em busca de novos domínios em especial na África e na Ásia, tornando-se necessário adotar limites de atuação em suas áreas de influência, sendo daí realizada a Conferência de Berlim (1884-1885) que, dentre outras coisas, determinou que seria imprescindível para o reconhecimento de domínio de determinada área por uma potência que a dita área estivesse devidamente “pacificada”, ou seja, que os nativos fossem subjugados. Neste ponto, houve a intercessão entre os interesses portugueses em Moçambique e as potências imperialistas, posto que para manter o domínio sobre a antiga colônia, cuja presença datava desde o século XV, Portugal deveria, portanto, completar o domínio sobre o reino de Gaza, enclave ao sul da possessão e muito perto da fronteira com os domínios britânicos hoje conhecidos como África do Sul para ser despercebido por estes como área de instabilidade.

Além disso, o domínio imperialista perpassa um outro fator digno de nota: a justificativa ideológica apresentada pelo dominante sobre os dominados, denotando um arcabouço no argumento da superioridade da raça branca, engravado numa visão distorcida do darwinismo. Além disso, a evangelização também viria a ser usada como justificativa para o domínio imperialista, sendo os missionários da cristandade apresentados como portadores não só da salvação cristã, mas da verdadeira civilização.

Ao longo deste artigo, o objetivo é apresentar a importância da cristandade na inaceitável dominação de povos africanos no contexto da expansão imperialista. Para

tanto, será necessário alinhar três conceitos e questões: Romance Histórico; Guerras coloniais portuguesas em Moçambique no Século XIX e formação de personagens de romance. A partir de tais conceitos e questões objetiva-se determinar o quanto o personagem Rudolfo Fernandes comporia um cenário de discussão em torno da formatação de uma sociedade multifacetada que retrará a própria metamorfose que os mundos português e africano forçosamente passaram. A utilização de obras como por exemplo, teses, dissertações, artigos e demais publicações acadêmicas que tratem dos três conceitos acima propostos serão úteis para a elaboração do trabalho.

O artigo de Ana Claudia Servilha Martins e Agnaldo Rodrigues da Silva “Literatura e história: Os liames da ficção no romance histórico mulheres de cinzas, de Mia Couto”, publicado na Revista Ecos Volume 29, Ano 17, nº. 9, trabalha com o primeiro livro da trilogia da qual o segundo volume o presente projeto se debruçará, mesmo que não seja focado no mesmo personagem proposto. Além disso, outra fonte significativa será a Dissertação de Mestrado de Gabriela Aparecida dos Santos: “REINO DE GAZA: O DESAFIO PORTUGUÊS NA OCUPAÇÃO DO SUL DE MOÇAMBIQUE (1821-1897), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, uma vez que servirá como referencial histórico na composição dos acontecimentos relatados por Mia Couto em sua trilogia.

Outras fontes de pesquisa serão o artigo “Considerações sobre o romance histórico” de Marilene Weinhardt, que tece importantes considerações sobre o conceitual teórico de romance histórico. Somando-se a este, “História e Literatura: Uma velha-nova história”, artigo de Sandra Jatahy Pesavento, artigo que expõe conceitos úteis na teorização de produção de romances históricos. Além disso, o texto de Antonio Candido “A personagem de romance”, publicado na coletânea “A personagem de ficção”, fornecerá mananciais importantes para o referencial teórico na composição de personagens literárias. Também, será usado o livro A Era dos Impérios (1875-1914) de Eric Hobsbawm, um clássico com citações primorosas para o fundo histórico. Em “Literaturas Africanas comparadas”, de Elena Brugioni, o capítulo “Escrita, tradição e diferença – o ‘exemplo’ de Mia Couto” fornece substanciais informações sobre o processo de criação de personagens de Mia Couto. A contextualização

histórica feita por Silvio Marcus de Souza Correa em “as figuras de Gungunhana no caleidoscópio (pós) colonial” também será referência de pesquisa. Além do artigo de Boaventura Santos, “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade”, que desenvolve o termo “cafrealização” que pode ser muito aplicado ao processo pelo qual passou o Padre Rudolfo Fernandes. Merece citação ainda Edward Said e o clássico “Cultura e Imperialismo”, com suas enciclopédicas referências literárias e suas respectivas aplicações. Como contraponto ao processo do Padre Rudolfo, o personagem Kurtz, de Joseph Conrad em o “Coração das Trevas”, que mostra como a convivência do europeu com os africanos poderia ter diferentes destinos.

1 O IMPERIALISMO: CONCEITO E USO EM RELAÇÃO A MOÇAMBIQUE

O termo que se adota neste artigo “imperialismo” para designar as relações entre nações industrializadas do Século XIX, notadamente a partir da metade de tal século, com suas colônias espalhadas mundo afora, sobejamente na África e na Ásia, foi originalmente cunhado por Vladimir Ilitich Lênin, líder bolchevique da Revolução Russa de 1917 como meio pejorativo de destacar a forma abusiva como o capitalismo monopolista explorava suas vítimas, ao dizer do revolucionário: “As relações de domínio e a violência que elas implicam, eis que é típico da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo.” (LENIN, 1979, p. 27) Faz-se necessário ainda mencionar que este momento do desenvolvimento capitalista foi proporcionado por uma crescente melhoria tecnológica, como diz Koshiba:

Entre 1840 e 1880, uma vigorosa corrida rumo à industrialização havia tomado conta da Europa e se estendido também aos EUA e ao Japão. Com a emergência de novas potências industrialmente mais bem equipadas, a concorrência foi acirrada e acabou resultando em concentrações e centralizações de capital, o que gerou empresas de grande porte, com poder suficiente para monopolizar segmentos inteiros do mercado. Os grandes grupos empresariais capazes de monopolizar ramos inteiros da economia precisavam de fornecimentos estáveis e baratos de matérias-primas. Em pouco tempo, os países capitalistas centrais repartiram entre si os territórios e os mercados da África e da Ásia. (KOSHIBA, 2000, p. 382, 383)

Logo, o jogo do Imperialismo era disputado entre aqueles países que dispunham de recursos tecnológicos e financeiros capazes de fazer presença nas partes mais longínquas do mundo e produzir em larga escala mercadorias manufaturadas. O dito capitalismo monopolista surge de uma realidade quase óbvia, qual seja, somente logrará produzir na escala que se faz necessária para obter o lucro quem tiver fontes de financiamento compatíveis. Sendo por isso mesmo restrito àquelas empresas que tinham capital para financiar o empreendimento, lucrar e voltar a financiar em novas tecnologias de produção. Porém, não era esta a realidade do pequeno reino português, que nem mesmo poderia ser catalogado entre as nações capitalistas desenvolvidas, como menciona Eric Hobsbawm na obra clássica “A Era dos Impérios (1875-1914)”:

No final de 1870, qualquer país ou região da Europa que contasse com uma maioria de analfabetos quase certamente podia ser classificada como não-desenvolvida ou atrasada, e vice-versa, Itália, Portugal, Espanha, Rússia e os países balcânicos estariam, na melhor das hipóteses, nas margens do desenvolvimento. (HOBSEBAM, 1988, p. 44)

Além disso, depunham contra uma eventual corrida imperialista portuguesa a atrasada atividade agrícola³, base de sua economia, e uma sensação por parte da população mais letrada que a monarquia seria responsável pelo atraso no desenvolvimento e, por isso, completamente dispensável, dando margem a um incipiente movimento republicano, impregnado de ideais positivistas, que apresentavam uma espécie de dualidade responsável pelo atraso: a monarquia e a Igreja, segundo menciona Fernando Catroga: “Por sua vez, a identificação da ignorância com o obscurantismo era inseparável do anátema contra os seus principais responsáveis: a Igreja e a Monarquia.” (CATROAGA, 2010, p. 96)

De tal modo, torna-se claro que Portugal foi tragado para o espetáculo do imperialismo não como uma potência de destaque, ou um protagonista, tais como Inglaterra e França, por exemplo, mas sim como um figurante que vem à ribalta por um fator que lhe escapa ao controle, no caso a decisão tomada pelos grandes atores de partilhar os territórios africanos entre si, para poupar recursos e esforços em meio ao cenário de corrida por melhores condições de lucratividade. Tal foi a proposta que ensejou a realização da Conferência de Berlim (1884-1885) a qual afluíram vários dos

³ LAINS, Pedro; SOUSA, Paulo Silveira e. Estatística e produção agrícola em Portugal (1848-1914). *Análise Social*, vol. XXXIII (149), 1998 (5.º), p. 963

países ditos desenvolvidos e praticantes do imperialismo, além de demais interessados⁴ para arbitrariamente dividir o território africano entre si. Ficando estabelecido inclusive esta determinação registrada na ata da referida Conferência.⁵

Ou seja, aqueles que não dispusessem dos meios de fazer valer sua autoridade perderiam o direito sobre as possessões. Logo, ficava Portugal exposto a uma situação bastante delicada quanto ao domínio sobre seus territórios africanos mais tradicionais, no caso, Angola e Moçambique. Desde o Século XV os portugueses exploravam estas duas regiões africanas, porém, no contexto que poderia ser chamado de colonialismo clássico, ou seja, com perspectivas de acumulação capitalista primitiva, por meio de transações comerciais básicas de matérias-primas com ênfase ao tráfico negreiro, inserida no que se chama de mercantilismo, restritos basicamente ao litoral e com pouquíssima presença nos rincões mais distantes. É possível até dizer que Moçambique foi visto pelas autoridades reinóis como mero entreposto no caminho das Índias, e isto por vários motivos, podendo ser enumerados: A insalubridade das regiões interioranas, o escasso contingente de portugueses presente na região e até mesmo a corrupção de funcionários da coroa.⁶

A atitude leniente que os portugueses mantiveram ao longo dos anos foi alterada em meio a esta ameaça latente, em especial no que diz respeito a Moçambique posta a proximidade com o território britânico que hoje é conhecido como África do Sul. Para fazer valer sua presença e não correr riscos, o Reino de Portugal se veria na necessidade de reforçar o domínio e a presença em possessões moçambicanas nos moldes do imperialismo, sem de fato sê-lo. Para tanto, notadamente, será necessário fazer uso do verdadeiro arsenal de justificativas ideológicas que permearam a dominação imperialista europeia por parte de nações ditas como “civilizadas”, que podem ser resumidas no parecer de um jurista citado por Maria Yedda Linhares, como a definição de colonização nos Séculos XIX e XX:

⁴ A ata da Conferência de Berlim, assinada em 26 de fevereiro de 1885, registra a presença de representantes de 14 países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Rússia, Suécia e Turquia.

⁵ “As Potências signatárias da presente Ata reconhecem a obrigação de assegurar, nos territórios ocupados por elas, nas costas do Continente africano, a existência de unia autoridade capaz de fazer respeitar os direitos adquiridos e, eventualmente, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que for estipulada.” (Artigo 35)

⁶ Disponível em:

http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3053&Itemid=327 Acesso 07/11/2021

Relacionar-se com os países novos para tirar benefícios dos recursos de qualquer natureza desses países, aproveitá-los no interesse nacional, e ao mesmo tempo levar às populações primitivas as vantagens da cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial, apanágio das raças superiores. A colonização é, pois, um estabelecimento fundado em país novo por uma raça de civilização avançada, para realizar o duplo fim que acabamos de indicar. (MERIGNHAC, Apud LINHARES, 1981, p. 77)

A postura chamada “civilizatória” envolveria dentre outras coisas a concepção da superioridade da raça branca, a tese que a civilização europeia, por ser rica e desenvolvida, teria o dever moral de levar o progresso para povos considerados atrasados em África e Ásia, ou como disse o poeta inglês nascido na Índia, Rudyard Kipling, o “fardo do homem branco”. Além da transferência do excedente de capital acumulado pelos europeus, que deveria ser levado para as nações distantes por meio de linhas de transmissão elétrica, telegráfica, telefônica, ferrovias e rodovias, que levariam a comodidade e o conforto a tais regiões vistas como atrasadas, fazendo-se necessário mencionar Said, ao mencionar argumentos de colonizadores ingleses do período:

A Inglaterra deve governar o mundo porque é a melhor; o poder deve ser usado; seus concorrentes imperiais não são dignos; suas colônias devem crescer, prosperar e continuar ligadas a ela. Somos dominantes, porque temos o poder (industrial, tecnológico, militar, moral), e elas não; elas são inferiores; nós, superiores, e assim por diante. (SAID, 1995, p. 178)

. Contudo, a justificativa mais destacada neste processo de convencimento ideológico que buscava fazer o domínio imperialista mais palatável aos dominados foi o processo de evangelização, ou seja, a conversão de povos nativos ao cristianismo como forma de subjugação alienante e, ainda mais, meio de substituição de hábitos de consumo, posto que sendo cristãos, os nativos deveriam vestir e calçar produtos europeus, manufaturados em indústrias de ponta do capitalismo monopolista ocidental. O significado e a importância de tal domínio sobre os povos africanos fica perceptível na frase atribuída às vezes a Jomo Kemyata, líder queniano do processo de descolonização de seu país, outras vezes a Desmond Tutu, sul-africano, Bispo da Igreja Anglicana: “Quando os brancos chegaram, nós tínhamos as terras e eles a Bíblia; depois eles nos ensinaram a rezar; quando abrimos os olhos, nós tínhamos a Bíblia e eles as terras”. (BERNARDO, 2016, p. 157) Especialmente, no tocante a Moçambique, a Igreja Católica foi baluarte importante nesse processo. Aliás, desde os tempos do colonialismo dito tradicional, de viés mercantilista, nos idos dos Séculos

XVI a XVIII. Porém, sobremaneira nos tempos do Imperialismo, a fase superior do Capitalismo, conforme retrata Benedito Marime, em intervenção no IESE:

Desde 1875, vinham chegando Padres Seculares Portugueses, para os quais o Governo tinha criado um especial estatuto, passando a designarem-se Missionários do Real Padroado. Interessava, agora, ao Governo Português provar à diplomacia internacional a sua ocupação efectiva das Colónias, nomeadamente por via da missionação. (MARINE, 2017, p. 18)

A presença de missionários católicos com o intuito de catequizar moçambicanos, ademais de todo o seu vasto império colonial, notadamente o Brasil, sempre fora uma realidade desde as priscas eras, até porque contava com um arcabouço legal, o Padroado, criado desde a era medieval, concedendo privilégios e demais regalias à Igreja Católica no Reino Português, por sua condição de religião oficial do Estado, tendo em contrapartida o reconhecimento do Rei de Portugal como chefe da Igreja em seus domínios. No entanto, em meio ao contexto da corrida imperialista, é concebível dar até mesmo status de missão diplomática, ante a necessidade de atrair e alienar nativos aos interesses portugueses.

Tal situação se fez premente em especial no Reino de Gaza, encravado no Sul do território da atual República de Moçambique, o domínio do povo vanguni que teve uma tumultuada sucessão dinástica no mesmo período da Conferência de Berlim. O Reino de Gaza, que tradicionalmente fora um aliado, ou até mesmo um protetorado vassalo português, em especial desde o início do Século XIX. No entanto, o novo soberano, Ngungunyane (que os portugueses conhecem como Gungunhana) tinha aparente consciência de sua importância estratégica quanto à proximidade com as possessões britânicas e o potencial de fragilização do domínio lusitano e buscava, supostamente, ampliar sua área de influência, chegando ao litoral, onde viviam os VaChopi e chegando a consentir, porque não há provas cabais de sua atuação direta, em um ataque a Lourenço Marques (atual Maputo), capital do território português, em outubro de 1891. Tal fato motivou uma retaliação por parte dos portugueses, o que leva à uma guerra total, que terminará com o exílio do Imperador Africano derrotado. Como descreve Santos

“Era o início da “campanha de 1895” que envolveu esforços concentrados e tropas enviadas de Portugal para Moçambique com o objetivo não apenas de “restabelecer a ordem e castigar a desordem”, mas assegurar um domínio” (SANTOS, 2010, 179)

Este é o fundo histórico sobre o qual o Mia Couto escreve sua trilogia “As areias do Imperador”, sobre a qual o presente artigo se debruça, com o intuito de identificar numa obra de romance histórico a formação de um personagem que a princípio representa os interesses do domínio imperialista e em seguida, surge como assimilado em sentido contrário, porque assume identidades culturais africanas em detrimento dos valores da Cristandade, no caso, o Padre Rudolfo Fernandes, que no primeiro volume da trilogia, “Mulheres de Cinza”, surge como padre catequista da personagem Imani, protagonista que vinha da etnia VaChopi, apresentado como um goês de ascendência portuguesa por parte de mãe, mas indiana por parte de pai. A personagem passa por uma metamorfose no segundo volume, “Sombra da Água”, quando o conflito entre Gaza e Portugal está em seu estado de atrito total, ele é mostrado em uma aldeia do interior do território como sendo uma espécie de misto de sacerdote católico e curandeiro local, coabitando com uma africana que tem usos associados ao que os portugueses chamavam de feitiçaria.

2 “SOMBRAS DA ÁGUA”: ROMANCE HISTÓRICO QUE TRATA DO IMPERIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

A escrita de Mia Couto traz uma indelével marca no romance histórico contemporâneo, sendo a trilogia “As areias do Imperador” seu mais notável exemplo. A narrativa acerca do avanço português sobre o território do Império de Gaza, governado pelo insurgente Ngungunyane sob o prisma de dois personagens emblemáticos: Imani, menina do povo VaChopi, radicada no vilarejo de Nkokolani, baluarte da luta contra o avanço do autointitulado “Leão de Gaza”, Ngungunyane, e educada pela cultura portuguesa em missão católica no litoral, em Matimani, mas ao mesmo tempo portadora da cultura ancestral de seu povo e do Sargento Germano de Melo, militar português desterrado em Moçambique por envolvimento em levante republicano e que se faz narrador por meio de cartas remetidas aos seus superiores na metrópole, este detalhe evoca um ponto da discussão sobre literatura e história, conforme apresentado por Pesavento:

Como a literatura, relato de um *poderia ter sido*, pode servir de traço, rastro, indício, marca de historicidade, fonte, enfim, para algo que *aconteceu?* (...) Foram reais na “verdade do simbólico” que expressam, não no acontecer da vida. São dotados de realidade porque encarnam defeitos e virtudes dos humanos, porque nos falam

do absurdo da existência, das misérias e das conquistas gratificantes da vida. Porque falam das coisas para além da moral e das normas, para além do confessável, por exemplo. (PESAVENTO, 2006, §§ 18,19)

As cartas de Germano são fontes de informações não apenas acerca das condições de vida em um vilarejo nos territórios do que hoje é Moçambique, mas também das inquietações de uma significativa parcela da oficialidade do exército português, embebida por ideais positivistas, que tramava a superação da monarquia associada ao atraso e disposta a enfrentar, com armas em punho, caso necessário, seus opositores. No entanto, é na personagem Imani que mais se evidenciam estas questões básicas para a narrativa do romance histórico, como fazem perceber Martins e da Silva: “com seu empenho literário à ficção ganha contorno e torna-se objeto de interrogação e investigação acerca da relevante construção de novos significados ao processo histórico e identitário da nação moçambicana contemporânea.” (SILVA e MARTINS, 2020, p. 9) Aliás, Imani, a narradora-personagem que destaca a africanidade em suas contradições e dúvidas entre assimilação ao mundo europeu e valorização da tradição africana, retrata muito bem o que Elena Buggioni caracteriza na gênese do romance histórico: “Uma análise pautada por uma mudança paradigmática que diz respeito ao significado conceitual e operacional da própria H/história.” (BRUGGIONI, 2019, p. 19)

Dentro dessa premissa, “Sombras da Água” traz as questões propostas ainda mais ampliadas no romance histórico com a fuga dos personagens centrais para o interior da região, após um ataque arrasador à aldeia em que viviam os protagonistas, no qual sai ferido o sargento, ficando sem grande parte de suas mãos, após disparo acidental de Imani, que visava proteger seu irmão, Mwanatu, jovem com problemas mentais, que poderia ser morto por uma turba. Pesavento (2006, p. 1) caracterizaria essa missão como sendo uma versão historicizada do romance histórico, porque “os imaginários são construções sociais e, portanto, históricas e datadas, que guardam as suas especificidades e assumem configurações e sentidos diferentes ao longo do tempo e através do espaço.” O fato de buscarem atendimento médico em uma aldeia localizada mais para cima no rio Inharrime, em direção ao único hospital no território de Gaza, em Mandhlakazi, vilarejo que os portugueses chamavam de Manjacaze, onde estava radicado um suíço, Georges Liengme, misto de médico e pastor protestante, que estava a serviço do “Leão de Gaza”.

Neste ponto, fica perceptível no enredo uma característica tópica miacoutiana, qual seja, que os personagens “narram os acontecimentos de acordo com perspectivas, pois Imani representa a africanidade e Germano o julgo português, contrastando as diferenças entre as nações africana e portuguesa.” (MARTINS e SILVA, 2020, p. 9) Isto é, os europeus buscam um hospital guiados por um assimilado, o pai de Imani, Katini Nsambe, que era hostilizado na sua própria aldeia natal por suas atitudes simpáticas aos portugueses, atitudes que Imani bem explicou: “o meu pai viu na catequese mais do que uma conversão religiosa: era uma porta abrindo-se para o mundo dos brancos.” (COUTO, 2016, p. 86) Além da própria Imani, fluente na língua portuguesa a ponto de ser tradutora dos dominadores, literalmente dando as costas ao saber e às práticas de seu povo. Sem falar que na canoa que levava os personagens rio acima estavam o irmão de Imani, Mwanatu, apresentado como débil e fardado com um velho jaleco do exército português, um arquétipo bem traçado por Couto de um africano que se aproxima do mundo português não por opção, mas sim por falta de raciocínio lógico, perceptível em suas limitações mentais e a italiana, amiga de Germano, Bianca Vanzini Marini, que fatidicamente o visitava na aldeia quando ocorre o lamentável ataque que viria a mutilar o sargento e poderia ser vista como uma espécie de anti-heroína, fazendo a voz de contraste com o lugar comum dos colonizadores, exprimindo opiniões deletérias sobre a presença na África e os costumes dos nativos. Todos os ocupantes desta canoa, portanto, são representações do que o imperialismo poderia fazer com os africanos e mais, o quanto esta prática seria decisiva para a construção de identidade cultural africana assimilada.

A canoa dos personagens faz uma escala em Sana Benene, vilarejo ribeirinho onde há uma Igreja em ruínas, alegoria ao fracasso da Cristandade em impor sua visão de mundo e hábitos aos africanos que, por fim, fazem emergir numa cultura não apenas sincrética, mas sobretudo africana em origem e no qual vive o Padre Rudolfo Fernandes, antigo catequizador de Imani, que agora está tão ambientado no mundo africano que rasga uma folha do missal católico para tranquilamente fazer um cigarro de mbangue⁷, e coabita com uma africana a quem chama de Bibliana, descrita por ele mesmo como “milagreira, a melhor das curandeiras. Não há mazela que ela não trate.” (COUTO, 2016, p. 28) Singela maneira de retratar o fato de que os viajantes da canoa

⁷ droga alucinógena, na língua changane

por mais que dessem às costas ao saber africano em busca do modo de vida europeu, findam sendo levados pelo rio aos fazeres ancestrais das tradições dos povos que habitam o que hoje se conhece como Moçambique. O que deveria ser uma escala de uma noite transforma-se em uma estadia de semanas, fazendo com que o autor apresente toda uma forma de vida que retrata a miscelânea de culturas que compõem o cenário do colonialismo europeu na África, como fala a própria Bibiana no primeiro ritual de cura do Sargento Germano: “Podem os homens mandar nas terras. Mas quem manda no sangue são as mulheres.” (COUTO, 2016, p. 29) A personagem Bibiana seria uma espécie de *alter ego* do próprio padre Rudolfo Fernandes. Órfã das infinitas guerras do “Leão de Gaza”, catequizada por protestantes, casada com um pescador, não tendo filhos, trabalhou como caçadora de jacarés para conseguir o dinheiro que pudesse comprar outras esposas que dessem filhos ao marido, ficando viúva da guerra e, exatamente por conta das condições impostas pela guerra, se viu obrigada a largar a condição de arrimo de família para viver em Sana Benene com o Padre e partir daí exercer a função de curandeira aprendida com a avó que a criou. Ou seja, a África dominada pelos europeus, convertida, mas que não perde sua identidade e a faz emergir de uma forma ou de outra.

Sana Benene também será palco de outros tipos de embates entre o eurocentrismo e a ancestralidade dos africanos. A personagem italiana Bianca Vanzini, cujo nome significa “branca” em sua língua natal, mais uma sugestiva alusão miacoutiana na composição arquetípica de seus personagens, que aparece no primeiro volume da trilogia, como uma cínica proprietária de um prostíbulo em Lourenço Marques (hoje Maputo) e na prática dá as boas-vindas ao Sargento Germano à sociedade moçambicana em “Mulheres de Cinzas”, primeiro volume da trilogia, mas que no segundo livro se mostra a voz da superioridade branca e europeia ante os africanos e até mesmo em relação os portugueses, como pode ser auferido nas palavras dela a Bibiana em seu primeiro embate acerca dos tratamentos dados ao Sargento Germano: “ – Diz a essa preta que não gosto dela. (...) Diz-lhe que não confio numa bruxa que se passeia de robe vermelho. E diz-lhe ainda que amanhã vamos ver quem manda.” (COUTO, 2016, p. 31) Não apenas descrente dos procedimentos ancestrais, mas claramente vendo a si mesma como superior, fazendo lembrar comentário de Said (2021, p. 144): “Quase todos os projetos coloniais começam com o pressuposto do atraso e da inaptidão geral dos nativos para serem independentes, ‘iguais’ e capazes.”

Santiago da Mata é um personagem que personifica todos os militares que se ocuparam da dominação portuguesa a Moçambique. Sua atitude pernóstica, misógina e etnocêntrica chega a ser caricata, mas ao mesmo tempo reforça aquilo que Pesavento cita

O texto literário precisa, ele também, ser convincente e articulado, estabelecendo uma coerência e dando impressão de verdade. Escritores de ficção também contextualizam seus personagens, ambientes e acontecimentos para que recebam aval do público leitor. (PESAVENTO, 2006, §48)

Não há um personagem histórico chamado Santiago da Mata, Capitão do Exército português a serviço da caçada a Ngungunyane nos sertões moçambicanos do reino de Gaza, porém as palavras que ele diz, suas atitudes, seus posicionamentos e todo o conjunto que se propõe a representar indicam um *modus operandi* imperialista e eurocêntrico que reforça o discurso de Mia Couto sobre as marcas da presença do colonialismo português no território de Moçambique, conforme constatado nas suas palavras ao Padre Rudolfo:

– *Anda o senhor à procura de pureza dos selvagens? Fique a saber que o Paraíso não é aqui. Essa gente é o Diabo. O que anima estes cafres não é tirar-lhe a camisa do corpo. É tirar-lhe a camisa e o corpo.* (COUTO, 2016, p. 142)

A quinta-essência do romance histórico é trazer à baila discussões de foro histórico com um prisma literário, assim como dizem Sidney Chaloub e Leonardo Pereira:

E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário do historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mas que um contador de histórias. (CHALOUB e PEIREIRA, 1998, p. 67)

Como visto em toda a trilogia “As Areias do Imperador, especificamente em “Sombras da Água”, a fundamentação histórica, chame-se factual, ressalta um degrau para o compromisso do autor, no caso Mia Couto, com a verossimilhança, conceito teorizado por Cândido como “princípio de comparar o mundo do romance com o mundo real.” (CÂNDIDO *et al*, 2014, p. 75) Mais além, Couto tem uma perceptível atuação no resgate de um ponto de inflexão na história de um povo, que encontra nos personagens, fictícios ou históricos, a sua identidade formativa e, tratando-se pontualmente do Padre Rudolfo Fernandes, notadamente em Sombras da Água, os conflitos de um homem que ao mesmo tempo representa uma instituição milenar e as angústias de duas nações dominadas pelos portugueses, Goa (Índia) e Moçambique.

Imani, ao contar para Germano a história de vida de Padre Rudolfo, menciona um fato que pode ser levado em conta ao tentar traçar seu perfil. Este goês, filho de portuguesa e indiano fora mandado a Moçambique “porque não havia em todo o território mais que meia dúzia de sacerdotes que evangelizassem numa língua civilizada e civilizadora: o português.” (COUTO, 2016, p. 85) Ou seja, uma clara missão colonizadora pautada na suposta superioridade da raça branca. Aliás, mais adiante, Imani comenta a título de contraponto ao modo de evangelizar dos protestantes, que preferiam fazê-lo nas línguas nativas e por isso “encorajavam os negros a escrever nas suas próprias línguas. Ensinavam-nos a ser africanos.” (COUTO, 2016, p. 85) Sendo assim, ao chegar a Moçambique, Fernandes deveria ser um emissário do imperialismo português, sendo mais que um catequizador, mas sim um representante da superioridade ocidental sobre os africanos, a partir da língua, dos costumes e da religião cristã e católica em meio aos seus fiéis.

3 A METAMORFOSE DO PADRE RUDOLFO COMO REPRESENTAÇÃO DE “CAFREALIZAÇÃO” DE UM SACERDOTE EUROPEU

A presença de goeses em Moçambique é citação frequente nas obras de Mia Couto, dada a importância desta comunidade de colonização portuguesa na Índia para a formação histórica e cultural do país do leste africano banhado pelo Oceano Índico, mar que os une e ao mesmo tempo os separa. Mencione-se, a título de exemplo, duas destas personagens goesas de relevância para outras obras de Mia Couto: o médico Doutor Amílcar Mascarenha, de “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra”, que se recusava a dar o atestado de óbito do velho Mariano e o comerciante Surendra Valá, de “Terra Sonâmbula”, descrito como “indiano de raça e profissão” pelo personagem-narrador Kindzu (COUTO, 2007, p. 17). No entanto, o Padre Rudolfo Fernandes, goês filho de mãe indiana e pai português, chama a atenção na trilogia “As Areias do Imperador” pela mudança, verdadeira metamorfose, que passa ao longo dos dois primeiros volumes da trilogia. Como diz Imani, personagem central dos três livros, logo no início de Sombras da Água, sobre seu padre catequizador ao chegar à África, “o padre Rudolfo era contido quando me respondia sobre o que sabia das criaturas espirituais.” (COUTO, 2016, p.16) Deixando claro que era um sacerdote que se limitava a dar aos africanos de sua missão a formação tradicional católica. No

entanto, quando a canoa que leva Imani e os demais protagonistas para Sana Benane, encontra alguém completamente inserido na cultura local, tendo uma visão de mundo oposta ao comentário acima citado. Como mostra deste fato, pode ser mencionado diálogo no qual o Padre explica o que será realizado em um ritual de cura do Sargento Germano:

- *Para onde me levam?* – Perguntou o estremunhado Germano enquanto cautelosamente o faziam descer para bandas do rio.
- *Vai ser rezada uma missa* – Retorquiu o Padre Rudolfo.
- *E por que não o fazem dentro da Igreja?* – inquiriu, aflito, o português.
- *Essa é outra reza* – respondeu o Padre. (COUTO, 2016, p. 44)

O que se vê a partir daí é um ritual liderado pela personagem Bibliana que retrata a cultura africana e práticas ligadas à cura pelos povos nativos, que o Padre Rudolfo descreve para a indignada personagem Bianca: “Todo aquele aparato não se afastava muito dos rituais cristãos.” (COUTO, 2016, p. 45) No entanto, a questão que se coloca é: Por que o personagem vive esta mudança e como é possível associá-la ao processo de domínio imperialista português na África em geral e em Moçambique em particular?

Sobre a mudança em si, Mia Couto a descreve no capítulo “O roubo da palavra de metal”. O sacerdote, a princípio motivado e até mesmo entusiasmado com a missão junto aos africanos, vendo seus alunos de português se apropriarem de cartilhas de alfabetização, imaginava inclusive que estes as usavam para a finalidade original, ou seja, aprender a ler e escrever na língua do dominador, mas na verdade usavam as folhas para acender fogueiras nas quais fritavam peixe. Porém, com o tempo, as idealizações do jovem sacerdote foram caindo por terra, como diz Imani: “A ele, porém, nem o livro, nem a fé o ajudaram a manter-se lúcido e íntegro. Longe de Goa, afastado dos seus, o jovem clérigo foi perdendo o sentido da realidade.” (COUTO, 2016, pp. 85 e 86)

Diante desta justificativa, que em alguns aspectos faz lembrar o personagem Kurtz, de Joseph Conrad, em “O Coração das Trevas” (2020), representante de uma empresa de comércio de marfim, que mergulha no convívio com os nativos do que hoje é o Congo, e não só assimila seus valores, como se torna uma espécie de Deus entre tais nativos, enlouquecido, mas de enorme poder e influência. Marlow, personagem-narrador de Conrad, europeu por suposto, assim descreve Kurtz:

Aquele homem se apresentava como uma voz. Obviamente eu também o relacionava com alguma espécie de ação. Afinal, haviam me dito com todas as letras de inveja e de admiração que ele havia coletado, negociado, enganado ou roubado, mais marfim que todos os outros agentes juntos. A questão não era essa. A questão era que, por ser uma criatura abençoada, e isso, dentre todos os seus dons era o que mais se destacava, ele produzia uma impressão de presença física, seja por habilidades de discursar, por suas palavras ... pelo seu dom de se expressar, encantar, iluminar, do mais glorificado ao mais desprezível, um facho de luz pulsante ou um fluxo traiçoeiro vindo do coração intransponível das trevas. (CONRAD, 2020, p. 69)

Porém, como diz Said: “A grande aventura de pilhagem de Kurtz, a viagem de Marlow, a própria narrativa, partilham o mesmo tema: europeus executando operações de domínio e vontade imperial na (e sobre) a África.” (SAID, 2021, p. 62) Entretanto, esta não é descrição que melhor se adequa a todas as nuances ao processo ocorrido com o Padre Rudolfo, de Mia Couto, porque este se mostra disposto a assimilar os valores dos ritos africanos e não os dominar, como fica perceptível em trecho de Sombras da Água na qual o padre faz um batuque tendo um exemplar da bíblia como instrumento de percussão, em meio ao ritual de cura de Bibliana, e ser confrontado pela italiana Bianca Vanzini:

— *Que livro é esse?* – Perguntou Bianca.
Sem parar de marcar o compasso, o padre explicou que se tratava de uma Bíblia que os suíços tinham traduzido para as línguas nativas (...)
— *O livro sagrado serve agora de tambor?*
— *A música é a língua materna de Deus* – retorquiu Rudolfo.
Foi isso que nem católicos nem protestantes entenderam: que em África os deuses dançam. E todos cometeram o mesmo erro: proibiram os tambores. O sacerdote estava há muito tentando corrigir este equívoco. (COUTO, 2016, p. 45)

Percebe-se no diálogo que não há a visão megalomaniaca do Kurtz de Conrad, mas sim a intenção de implantar uma postura sincrética de alguém que havia perdido e deixado para trás sua fé cristã e buscava construir uma religiosidade que contemplasse o culto pelo menos em pé de igualdade com os nativos tidos e havidos como “inferiores” pelos dominadores. Aliás, a participação da italiana Vanzini no relato atesta esta postura. No tocante a Rudolfo, até mesmo os sacramentos católicos foram abandonados, posto que este informa ao Sargento Germano Melo que não rezava missas ou ouvia confissões.

Dentro deste prisma, a metamorfose de Padre Rudolfo, de missionário católico a auxiliar do culto afro e amante de Bibiana, melhor poderia ser caracterizada como um exemplo de cafrealização, conforme definido por Boaventura Santos:

"Cafrealização" é uma designação utilizada a partir do século XIX para caracterizar de maneira estigmatizante os portugueses que, sobretudo na África Oriental, se desvinculavam de sua cultura e seu estatuto civilizado para adotar os modos de viver dos "cafres", os negros agora transformados em primitivos e selvagens. (SANTOS, 2003, p. 36)

Ao discorrer sobre o termo, Santos deixa ainda mais nítida a sua aplicação a Rudolfo por este ser filho de mãe portuguesa e pai indiano, ou seja, produto de uma miscigenação que Santos diz que, mesmo não sendo exclusividade dos portugueses, lhe foi muito mais assimilável que a outros povos dominadores. Aliás, Santos (2003, p. 39) usa a expressão "miscigenação como cafrealização do corpo". Notório como evidência desta citação de Mia Couto ao fenômeno descrito por Santos está o fato de Imani, em *Sombras da Água*, descrever a mãe de Rudolfo a faz como

Uma das chamadas 'órfãs do rei'. Recolhida num orfanato de Lisboa, foi enviada pelo monarca português para Goa. Na Índia, devia desposar um dos poucos portugueses que ali prestavam serviço. A intenção era manter a chamada 'pureza da raça'. No caso da mãe de Rudolfo, esse propósito não foi alcançado: a órfã escolheu não um branco, mas um indiano de pele bem escura. (COUTO, 2016, p. 85)

Posto está que, o personagem de Mia Couto, Padre Rudolfo Fernandes, nasce de uma espécie bem peculiar de miscigenação, a mulher branca e o homem escuro, ainda mais dando o autor através da personagem-narradora a premissa da mulher escolher seu parceiro, convenha-se algo raríssimo na patriarcal sociedade lusitana, mesmo nas colônias, e desta "cafrealização do corpo" nascer um indivíduo que promoverá a cafrealização de fato. Mas apenas após ter contato com a cultura e o modo de vidas dos africanos em confronto direto com os padrões do dominador europeu num contexto altamente favorável a este desenvolvimento. Nisto, pode ser inferida mais uma alusão a Santos, posto que este lembra que

A ocupação territorial, de que é bom exemplo a campanha contra Gungunhana, visa reduzir os africanos, a começar pelos seus reis, à condição de subordinados dóceis, ao mesmo tempo que as sucessivas missões de exploração científica visam estabelecer e petrificar a inferioridade dos negros. Em 1873 escreve António Ennes que 'a cafrealização é uma espécie de reversão do homem civilizado ao estado selvagem'. Do mesmo modo, Norton de Matos, que foi governador-geral de Angola e era paladino do assimilacionismo, insurge-se contra a assimilação invertida ao dizer que em 1912 circulavam entre os indígenas 'alguns europeus, em número

felizmente reduzido, que por tristes circunstâncias se tinham integrado na vida dos indígenas não civilizados e se adaptado por completo aos seus usos e costumes". (SANTOS, 2003, p.

O mesmo contexto usado por Mia Couto para inserir seu padre apóstata, fruto de uma miscigenação de corpos e praticante de uma clara mostra de cafrealização. Colocado por autoridades europeias como uma aberração contrária ao que seria a ordem natural das coisas, Rudolfo faz de Sana Benene seu ponto de inflexão pastoral e onde enfrenta as posições que são descritas por Santos na figura do Capitão Santiago da Mata, a quem o Padre Rudolfo dá mais uma pista dos motivos que levaram à sua metamorfose, em meio a uma altercação que tinha como tema exatamente as posturas pouco ortodoxas do ex-sacerdote: “— Ninguém aqui espera por um salvador – sou um homem de fé, mas posso garantir-lhes uma coisa: neste lugar, até Cristo teria desistido.” (p.138, 139)

A atitude do Padre Rudolfo Fernandes foi proposta, assim parece, por Mia Couto como uma forma de humanizar um processo execrado pelos portugueses dominadores e pouco debatido pelas próprias obras africanas, mas sob um ponto de vista diverso daquele que foi originalmente apresentado por Joseph Conrad e comentado por Edward Said. Aliás, não deixa de ser assertiva esta escolha de Couto, quanto á época e ao acontecimento de fundo, afinal a Guerra de Gaza foi a vitória decisiva do Império Português para o domínio total de Moçambique, com respeito a isso, Weinhardt expõe: “O bom romance histórico resulta da compreensão do relacionamento entre o passado histórico e o tempo presente.” (WEINHARDT, 1994, p. 52) Fato bem alinhavado na trilogia “As Areias do Imperador”, notadamente em *Sombras da Água*, especificamente no que tange ao Padre Rudolfo Fernandes e sua metamorfose em sacerdote africano a serviço de uma profetiza de robe vermelho e botas longas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Imperialismo, dominação imposta por países industrializados que passavam pela chamada segunda revolução industrial, sobre nações africanas e asiáticas, visando a busca por mercados consumidores de produtos industrializados e, ao mesmo tempo, matérias-primas e insumos necessários para a produção das ditas manufaturas, ocorrida a partir da segunda metade do Século XIX, não poderia, em

tese, ser aplicada ao domínio exercido pelos portugueses sobre suas possessões africanas, notadamente Moçambique. Porém, a maneira pela qual o Reino Português avançou sobre tais possessões, em especial após a Conferência de Berlim (1884-1885), pela qual ficou determinado que as nações europeias que efetivamente não dominassem suas possessões africanas as perderiam, autoriza que o este termo seja aplicado a esta relação, inclusive no que diz respeito às justificativas. Em tal contexto, tornou-se prioritário esmagar o levante do soberano Ngungunyane do Reino de Gaza, ao sul de Moçambique

Foi neste ambiente que Mia Couto produziu a trilogia “As areias do Imperador”, especificamente o segundo volume “Sombras da Água” sobre o qual este artigo se debruçou. Ao longo do trabalho ficou evidente que a obra de Mia Couto é um romance histórico, no que pese a existência de pitadas de realismo fantástico, especialmente no tocante à criação de personagens que remetem a arquétipos de situações historicamente evidenciadas ao longo do período compreendido entre o final do Século XIX e início do Século XX. Sendo exemplos os protagonistas Sargento Germano de Melo e Imani. Para além destes, também são perceptíveis as referências aos assimilados como pai de Imani, Katini Nsambe e o irmão desta, Mwanatu; a italiana Bianca Vanzini, que seria uma demonstração da maneira superior como os outros europeus viam não só os africanos como inferiores, mas os próprios portugueses por seu atraso em relação ao capitalismo do restante da Europa; a sacerdotisa Bibliana, que personifica a ancestralidade africana; o Capitão Santiago da Mata, maneira de descrever a visão etnocêntrica do dominador europeu e o Padre Rudolfo Fernandes, tema deste artigo.

A presença da Igreja Católica como agente da dominação imperialista de aspecto ideológico é uma realidade histórica incontestável, sendo ainda mais notória no que diz respeito ao Reino de Portugal e suas possessões africanas, em virtude da longa relação entre a monarquia lusitana e a Igreja Católica, exemplificada pelo Padroado, que concedia privilégios ímpares à Igreja Católica em Portugal e suas possessões. Ficou evidenciado que a mudança pela qual passou o Padre Rudolfo ao longo dos dois primeiros volumes da trilogia foi uma maneira que Mia Couto encontrou para caracterizar um processo conhecido como “cafrealização” pelo qual o europeu dominador assimila hábitos e valores dos povos dominados, mas o faz com um personagem que singelamente deveria representar o domínio alienante do dominador,

mas se transforma em um agente da valorização de práticas da cultura africana, sendo uma espécie de auxiliar no culto da sacerdotisa Bibliana.

A pesquisa que viabilizou este trabalho deixa claro que há muito mais que estudar na trilogia miacoutiana, por exemplo, no próprio segundo volume, com a atuação do missionário protestante suíço Georges Liengme e sua relação com o Leão de Gaza, como outra forma de interação entre europeu e africano que não corresponderia ao que se apresentou aqui como cafreização, mas o contrário, a imposição de uma visão superior e condescendente que leva o africano a ser entendido não apenas como inferior, sob a vista do europeu, mas a partir deste conceito, passível de ser assimilado. Além do terceiro volume, “O Bebedor de Horizontes”, que descreve o traslado do Leão de Gaza e seu posterior desterro, a maneira como este é tratado pelos portugueses, bem como o relato paralelo do filho de Imani e Germano e seu sequestro pela mãe do Sargento, como evidência do microcosmo do mundo de colonizados africanos na Europa e a consequente perda de sua identidade cultural por conta das imposições dos dominadores e sua perspectiva no que tange aos povos dominados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDO, Carolina Maria Costa. **Negras raízes questionam a ciência ocidental: um estudo sobre a inserção das populações negras, brasileira e guineense, como sujeitos e/ou como objetos de pesquisa, em território de produção do conhecimento científico.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação. Área de Educação: Educação Brasileira.

BRUGIONI, Elena. Escrita, tradução e diferença: O “exemplo” de Mia Couto. *In: Literaturas Africanas Comparadas: Paradigmas críticos e representações em contraponto.* Campinas: Editora da Unicamp, 2019.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. *In: Candido, Antonio et al. A personagem de ficção.* São Paulo: Perspectivas, 2014.

CATROGA, Fernando. **O Republicanismo Português** (Cultura, história e política). Revista da Faculdade de Letras - HISTÓRIA - Porto, III Série, vol. 11, 2010, pp. 95-119.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (orgs). **A História Contada**. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Conferência de Berlim, Berlim, 1885. Ata Geral da Conferência de Berlim, Berlim, 1885. Disponível em: https://mamapress.files.wordpress.com/2013/12/conf_berlim.pdf. Acesso em: 14 nov. 2021.

CONRAD, Joseph. **Coração das Trevas**. São Paulo: Literatura SESC, 2020. Edição Kindle

CORREA, Silvio Marcus de Souza. As figuras de Gungunhana no caleidoscópio (pós) colonial. **Revista Vista**, nº 5, 2019. Vistas Imperiais: Visualidades coloniais e processos de descolonização, pp. 127-148.

COUTO, Mia. **Mulheres de Cinzas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Edição Kindle

COUTO, Mia. **O Bebedor de Horizontes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Edição Kindle

COUTO, Mia. **Sombras da Água**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. Edição Kindle

COUTO, Mia. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Edição Kindle.

COUTO, Mia. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Edição Kindle

DURÃO, Fabio. Akcelurd. **Metodologia de pesquisa em literatura**. São Paulo: Parábola, 2020.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. 3 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988

KIPLING, Rudyard. O fardo do homem branco. Disponível em: <https://www.blocosonline.com.br/literatura/poesia/pi/pi06emdiante/pi200821.php>. Acesso em 14 nov. 2021

KOSHIBA, Luiz. **História: Origens, estruturas e processos**. São Paulo: Atual, 2000.

LAINS, Pedro; SOUSA, Paulo Silveira e. **Estatística e produção agrícola em Portugal (1848-1914)**. Lisboa: Análise Social, vol. XXXIII (149), 1998, p. 938-963

LENIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4 ed, São Paulo: Global, 1987.

MARIME, Benedito. Breve retrospectiva ao historial de relacionamento entre a Igreja
MARQUES, Delcides; MOREIRA, Harley; SAMPAIO, Thiago (Organizadores). **História da África e Ásia portuguesas**. Religião, política e cultura. Recife: Edupe, 2020.

MARTINS, Ana Claudia Servilha; SILVA, Agnaldo Rodrigues da. Literatura e História: Os liames da ficção no romance histórico mulheres de cinzas, de Mia Couto. **Revista Ecos** Volume 29, Ano 17, nº. 9. Disponível em <https://periodicos.unemat.br/index.php/ecos/article/view/5103>. Acesso em: 01 abr. 2021.

MERIGNHAC. Alexandre. Précis de législation et d'économie coloniales. Apud LINHARES, M. Y. **A luta contra a Metrópole (Ásia e África)**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jathay. História e Literatura: Uma velha-nova história. *In*: **Novo Mundo Mundos novos, Debates** 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade**. São Paulo, Novos Estudos, CEBRAP, n. 66, p. 23-52, 2003.

SANTOS, Gabriela Aparecida dos. **Reino de Gaza: O desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

WEINHARDT, Marilene. **Considerações sobre o romance histórico**. In: Letras, Curitiba, n. 43, p. 49-59, Editora da UFPR.